

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT5 - Política e economia da informação

O PAPEL DO “DIAGNÓSTICO” COMO INSTRUMENTO DE METODOLOGIA ARQUIVÍSTICA

Eduardo Luiz dos Santos (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO)

Ana Celeste Indolfo (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO)

THE ROLE OF THE DIAGNOSIS AS INSTRUMENT OF ARCHIVAL METHODOLOGY

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: A importância da gestão de documentos, para o alcance da eficiência nas práticas gerenciais, tem se tornado cada vez mais evidente. Para tanto, os procedimentos de gestão documental que a teoria arquivística preconiza devem ser mais amplamente debatidos e difundidos. Nesse contexto, o presente estudo considera o diagnóstico da gestão arquivística uma atividade que precede a implementação de programas de gestão de documentos; e, nesse sentido, contextualiza os principais modelos de diagnóstico, tendo como principais referências um estudo internacional - o modelo proposto por Frank B. Evans e Eric Ketellar - e um estudo nacional, realizado no âmbito do Arquivo Nacional. Importantes autores que abordaram o tema no cenário brasileiro também foram elencados para o estudo, e, além disso, foi realizada uma listagem dos principais diagnósticos da situação arquivística no Brasil, o que foi possível por meio de revisão bibliográfica, por consulta em bancos de teses e dissertações e pela busca em sítio eletrônico de instituições públicas. Contribui-se assim para o alargamento da discussão sobre o diagnóstico enquanto instrumento de metodologia arquivística e propõe-se que os profissionais de arquivo passem a relatar suas experiências e os resultados obtidos com os diagnósticos realizados em suas instituições a partir da adaptação de sua realidade.

Palavras-Chave: Arquivos; Diagnóstico da situação arquivística; Gestão de documentos.

Abstract: The significance of the documents management to reach the efficiency on management practices have become increasingly evident. Therefore, the records management procedures that the archival theory proposes should be widely discussed and spread. On this context, the present study considers the diagnosis of the archival management as an activity that precedes the implementation of documents management programs; for that matter, sets the main diagnostics models, with the key references an international study - the model proposed by Frank B. Evans and Eric Ketellar - and a national study, made within the National Archive. Important authors that approached the theme on the brazilian scenario had also been listed for the study, and, in addition, it was composed a list of the key diagnostics of the archival science's situation on Brazil, what was possible through an bibliographic review, by consulting banks of theses, dissertations and public institutions websites. This contributes to the discussion's widening about the diagnosis as an instrument of archival methodology and it is

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

proposed that the professional archivists should report the obtained experiences and results by the diagnostics done on his institutions by adjusting to its own reality.

Keywords: Archives; Diagnosis of archival situation; Records Management.

1 INTRODUÇÃO

No âmbito do desenvolvimento das práticas gerenciais do setor público ou privado, os documentos arquivísticos são produzidos por razões administrativas e legais. Tratam, sobretudo, de provar e testemunhar alguma coisa, sendo imprescindíveis para a operacionalidade das principais atividades da administração, como prever, organizar, comandar, coordenar e controlar.

É notória a relevância da utilização dos documentos nas práticas institucionais, o que justifica sua criação. Portanto, para que a relação entre a ação que motivou a criação do documento com seu produtor e com seu contexto de produção seja otimizado, é necessário que esses registros documentais sejam submetidos aos procedimentos da gestão de documentos.

Rousseau e Couture afirmaram que “a realidade atual das administrações públicas evidencia que as organizações que dispõem mais rapidamente das melhores informações são as que alcançam maior performance” (1998, p.62). Esse desempenho se relaciona com a realização das atividades técnico-administrativas de maneira racional e eficiente, ou seja, há relação entre a gestão de documentos e o alcance da eficiência na realização das atividades da administração pública.

Os serviços arquivísticos ou serviços de arquivo são “responsáveis pelas funções arquivísticas nos diversos órgãos da administração pública [...]” (JARDIM, 1999, p.22). Configuram-se unidades estratégicas para o alcance da gestão de documentos e, conseqüentemente, são propulsores de práticas gerenciais mais eficientes e eficazes, o que requer dos profissionais que atuam em tais unidades, além do empenho e habilidade técnico-científica, ações eficientes para a promoção da gestão de documentos. Dentre essas ações destaca-se o diagnóstico da situação arquivística, pois a partir dele é possível “produzir, de um lado, formas preliminares de acesso a estoques documentais dispersos e, de outro, fornecer indicadores para políticas públicas que permitam a superação do quadro denunciado” (JARDIM, 1999, p.150).

Nessa perspectiva, buscou-se neste estudo apresentar algumas reflexões e proposições de modelos de diagnósticos, assim como mapear os diagnósticos realizados no âmbito de instituições ou desenvolvidos no meio acadêmico que foram publicados em periódico acadêmico-científico.

2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ARQUIVÍSTICA

A expressão “diagnosticar”, em qualquer área, remete à ideia da busca de conhecimento no sentido de identificar e mapear as especificidades de determinada realidade ou determinado objeto. Se essa busca for direcionada aos arquivos ou serviços arquivísticos, compreende-se que se trata de um diagnóstico da situação arquivística.

Ao propor a realização de um diagnóstico, o arquivista deve ficar atento aos procedimentos metodológicos utilizados na elaboração de instrumentos adequados, de modo a coletar dados precisos em cada etapa do processo, para que seja possível subsidiar, se necessário, as proposições de ações corretivas e as intervenções.

Com essa preocupação, Lopes (1997) alertou para o fato de que, ao buscar a metodologia apropriada para diagnosticar as condições vivenciadas pelos arquivos, é preciso:

[...] ter critérios que ajudem a selecionar o melhor método apropriado à realidade pretendida, reconhecer o melhor momento para sua aplicação, enfim, é preciso estudar os diferentes métodos a ponto de sentir-se seguro para fazer a escolha, pois o talento do pesquisador consiste em adequar os métodos às necessidades dos objetos (LOPES, 1997, p.45).

O autor sugeriu que, para o alcance de tais objetivos, o arquivista precisa buscar conhecimento em outras áreas para auxiliar seus procedimentos de trabalho. Apontou ainda que o diagnóstico deve iniciar com a construção de uma sociologia e uma história da organização, além do mapeamento de sua estrutura. Ademais, sugere que o arquivista entreviste os colaboradores que geraram e que continuam gerando informações registradas (LOPES, 1997).

Ao seguir caminhos metodológicos consistentes (com a realidade arquivística e “sócio administrativa” de uma instituição), o diagnóstico terá o potencial de fornecer ao arquivista os dados para que prossiga com a análise:

Verificar se a estrutura, atividades e conjuntos de documentos de uma instituição correspondem à sua realidade operacional. O diagnóstico seria, portanto, uma constatação dos pontos de atrito, de falhas ou lacunas existentes no complexo administrativo, enfim, das razões que impedem o funcionamento eficiente do arquivo (PAES, 2002, p.36).

O diagnóstico da situação arquivística precede as ações de implementação de programas de gestão de documentos; é o ponto de partida para os projetos de organização documental, subsidiando a proposta de modelos de classificação, avaliação e descrição apropriados (CALDERON, 2004, p.101).

Uma vez que não existe uma “receita pronta” de diagnóstico, o arquivista deve procurar modelos ou guias na literatura arquivística para confeccionar uma metodologia de diagnóstico, principalmente em autores que abordam sua importância para a promoção da gestão de documentos, por meio de reflexões ou proposições, no sentido de “moldar” um instrumento que mais atenda à realidade do universo ao qual se pretende diagnosticar para análise ou sugestão de melhorias e ajustes (LOPES, 1997).

2.1 PRINCIPAIS MODELOS DE DIAGNÓSTICO

No cenário internacional encontra-se uma das mais antigas proposições metodológicas sobre o assunto, o estudo de Frank B. Evans e Eric Ketellar, publicado em 1983, denominado “Guía para lá encuesta sobre los sistemas y servicios de la gestión de documentos y la administración de archivos: um estudio del Ramp”. Nesse estudo, os autores sistematizaram uma metodologia de diagnóstico voltada para órgãos da administração pública e produziram um amplo questionário como instrumento metodológico, apresentado em um dos estudos da série *Records and Archives Management Program (RAMP)*.¹

Os estudos do programa RAMP congregam iniciativas técnico-científicas que objetivam fomentar e difundir métodos para confecção e sistematização de programas de gestão de documentos. O principal objetivo foi proporcionar uma metodologia que contribuísse para pesquisas em serviços arquivísticos quanto à utilização de conceitos adequados nos estudos de identificação e mapeamento de arquivos e às terminologias ligadas às funções e aos procedimentos técnico-metodológicos da Arquivologia.

O questionário proposto por Evans e Ketellar (1983) pode ser considerado exaustivo quanto ao número e qualidade das perguntas, busca aferir todos os aspectos envolvendo os serviços arquivísticos, desde as práticas de gestão de documentos realizadas – perpassando pelos marcos normativos – até os aspectos estruturais, financeiros, operativos e conjunturais que afetam a prática arquivística em instituições públicas. Segundo esses autores, essa exaustividade é oriunda das complexidades dos diversos países que o programa pretendia

¹ O RAMP foi criado em 1979 no âmbito da *General Information Programme (PGI)*, desenvolvido pela parceria entre o Conselho Internacional de Arquivos (*International Council on Archives – ICA*) e a UNESCO, com foco na informação especializada e na documentação de arquivos. Sua missão inicial foi “abarcando as políticas de arquivos, as regras, as normas, as infraestruturas, a formação e a investigação para o desenvolvimento nacional, regional e internacional” (MARQUES, 2013, p.92).

alcançar. Portanto, pensou-se em questões que contemplassem as atividades que convergem para a maioria dos serviços arquivísticos responsáveis por promover a gestão de documentos.

Para atingir o máximo de informação sobre o trâmite das informações produzidas, assim como a estruturação e funcionamento dos serviços arquivísticos, o questionário proposto pelos referidos autores foi dividido em nove eixos temáticos conforme exposto no Quadro 1:

QUADRO 1: Questionário proposto por Evans e Ketellar.

• Apresentação geral	Busca aferir características da organização de arquivos enquanto unidade administrativa e sua configuração estrutural, geográfica e hierárquica.
• Legislação e normas	Mapeamento da existência de legislação e de normas específicas sobre os arquivos, por meio de campos que definem a jurisdição que o órgão tem sobre os documentos, suas limitações e proibições; e averigua a existência de órgãos consultivos oficiais e permanentes e as atividades desempenhadas pelo arquivo. Ao final desse eixo, encontram-se também perguntas abertas com o intuito de investigar se os responsáveis pelos serviços arquivísticos carecem de criação de normatização ou legislação para alguma atividade e se possuem carência arquivística ou administrativa específica.
• Recursos humanos	Quantificar os principais dados, como número de colaboradores, grau de instrução etc., referentes às pessoas que trabalham no arquivo, tanto os profissionais ativos e inativos, quanto técnicos e demais colaboradores.
• Recursos orçamentários	Identificar as fontes dos recursos financeiros (internos e externos) e examinar as dotações orçamentárias anteriores, as que estão em vigência e a previsão para os próximos anos; assim como as despesas (e previsão) relacionadas à infraestrutura (material, equipamentos, instalações e pessoal) necessária ao funcionamento do Serviço de Arquivo.
• Instalações físicas e recursos materiais	Alcançar dados quantitativos e qualitativos sobre o edifício do arquivo e respectivos serviços, além das condições da estrutura básica dos equipamentos e instalações disponíveis para atendimento ao público e necessários para garantir a conservação preventiva do acervo.
• Fundos	Identificar dados relevantes sobre os fundos que integram o arquivo, como data-limite, registro de aquisições e demais ocorrências.
• Métodos/ procedimentos arquivísticos	Informar a quantidade de documentos submetidos às principais funções arquivísticas, avaliação e eliminação, preservação, descrição, instrumentos técnicos produzidos, serviços de reprografia, bem como aferir a periodicidade em que tais funções são realizadas.
• Serviços oferecidos	Informações sobre o atendimento a consultas, número de usuários e de solicitantes de informações ao arquivo, assim como dados relativos aos itens disponíveis para consulta e sua movimentação, como a quantidade de reprografias realizadas, empréstimos e consultas.
• Centros de documentação	Utilizados para complementar o levantamento, aplicável apenas quando o órgão se configura como um Centro de Documentação.

Fonte: Elaboração própria, com base em Evans e Ketellar – 1983.

No cenário nacional, um trabalho destaca-se como uma das mais antigas publicações que fornecem subsídios para o diagnóstico em arquivos, realizado por cinco técnicas² da então chamada Divisão de Pré-Arquivo do Arquivo Nacional, intitulado “Metodologia para Diagnóstico de Arquivos Correntes da Administração Pública Federal”, publicado em 1986, na revista “Arquivo & Administração”. Trata-se de um relato sobre a experiência de tais profissionais, denominado “Levantamento da situação”, em que apresentam a metodologia empregada para diagnosticar a situação dos arquivos correntes do Ministério da Agricultura, com o objetivo de propor a gestão de documentos.

Inicialmente, contextualizam o surgimento desse projeto e, em seguida, descrevem a metodologia e os instrumentos adotados. Expõem os resultados obtidos a partir da análise dos dados e finalizam evidenciando a importância do diagnóstico para a estruturação e implantação de programas de gestão de documentos de arquivos nos órgãos da administração pública.

Como procedimento metodológico, essas autoras realizaram uma pesquisa na legislação (Leis, Decretos, Portarias e Regimentos Internos) dos órgãos subordinados ao universo da pesquisa, tarefa que proporcionou o estabelecimento das prioridades para realização das entrevistas, bem como forneceu à equipe conhecimento preliminar das atividades desempenhadas pelos setores do Ministério da Agricultura (CAMPOS *et al.*, 1986).

Para conhecer a realidade e o funcionamento dos arquivos correntes daquele Ministério, foi elaborado um questionário composto dos seguintes campos: identificação do órgão/setor visitado; atividades de protocolo e de arquivo corrente desenvolvidas e respectivas normas reguladoras; organização do acervo; instrumentos de pesquisa disponíveis; processos de transferência, eliminação e seus critérios reguladores; uso de tecnologias para recuperação da informação; microfilmagem e sua organização; quantificação, datas-limite e descrição dos documentos escritos; guarda de documentos especiais; descrição de material e mobiliário; e perfil das pessoas envolvidas com as atividades de protocolo e arquivo (CAMPOS *et al.*, 1986).

Embora não seja intenção desta pesquisa promover uma análise comparativa entre os estudos citados, observou-se que, tanto no modelo de diagnóstico apresentado por Evans e

² Ana Maria Varela C. Campos, Eliane Braga de Oliveira, Maria Esperança de Resende, Selma Braga Doboc e Verone Gonçalves Cauville.

Ketellar (1983), quanto nas contribuições metodológicas para diagnóstico em arquivos encontrados no trabalho de Campos *et al.* (1986), buscou-se atender à exaustividade das atividades da administração pública, pois ambos consideraram que o arquivista ou profissional de arquivo poderá propor intervenções mais adequadas se estiver ciente da realidade encontrada.

A primeira proposta possui uma estrutura mais extensa, até porque a intencionalidade dos autores era conceber um “modelo de diagnóstico”, mas, de toda forma, ambos os trabalhos podem ser apontados como referência para profissionais e pesquisadores da Arquivologia que atuam em instituições públicas brasileiras que se configuram como instituição arquivística ou serviço de arquivo.

Como colaboração, cita-se também o trabalho realizado por Cornelsen e Nelli (2006), que identificaram as possíveis etapas que o arquivista deve percorrer para elaborar um diagnóstico de arquivo. Tais autores realizaram uma análise e comparação dos autores acima citado, bem como de outros importantes teóricos³ do meio arquivístico que, dentre outros temas, oferecem sugestões sobre a utilização do diagnóstico como um importante instrumento de metodologia arquivística.

O debate conceitual e metodológico sobre o diagnóstico da situação arquivística merece ser alargado, e tal preocupação já fora assinalada por Jardim (2012), que ao debater a pesquisa em Arquivologia, oportunamente considerando elementos presentes na literatura arquivística e as tendências da área, sugeriu alguns temas a serem explorados em programas de pesquisa. Dentre eles destacam-se:

- O perfil da atividade arquivística;
- Usos e usuários da informação arquivística;
- Gestão de serviços e instituições arquivística;
- Normalização arquivística.

Temas que sobremaneira podem ser analisados a partir de dados coletados por meio da aplicação de diagnóstico da situação arquivística considerando as reflexões e proposições dos autores aqui abordados.

Apesar dessa necessidade, o pequeno aumento de publicações de diagnóstico ou relatos de experiência sobre a aplicação dos mesmos no âmbito de organizações públicas e/ou

³ Lopes (2007), Moneda Corrochano (1995) e Rousseau e Couture (1998), por exemplo.

desenvolvidos por meio de pesquisas acadêmicas pode ser assinalado como algo motivador para o meio arquivístico, como demonstrado a seguir.

2.2 DIAGNÓSTICOS REALIZADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL

Com a análise de importantes estudos que denotam diagnósticos da situação arquivística deparou-se com duas situações⁴. Uma delas diz respeito aos amplos estudos de questões estruturais, metodológicas e políticas de grandes arquivos ou serviços arquivísticos; assim como pesquisas sobre as políticas arquivísticas desenvolvidas por países, estados ou grandes municípios; ou ainda sobre o desenvolvimento e as realidades de seus sistemas ou programas. A outra situação condiz com estudos de organizações específicas, em que geralmente o arquivista está envolvido com a situação a ser diagnosticada e incumbido de planejar meios para propor soluções aos possíveis problemas.

No cenário nacional foram identificados alguns estudos e diagnósticos contemporâneos correspondentes às concepções mais amplas expostas na primeira situação. Trata-se das seguintes publicações:

- “Cadastro Nacional de Arquivos Federais” – trabalho realizado pelo Arquivo Nacional em 1990, que teve como objetivo identificar os arquivos existentes em todos os órgãos do Poder Executivo Federal, localizados no Rio de Janeiro e em Brasília. O resultado foi a implantação do Cadastro Nacional de Arquivos Federais.
- O “Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais”, de Fonseca (1996) – que identificou, entre todas as capitais de estados do Brasil, quais possuíam Arquivos Públicos Municipais no ano de 1996, e analisou como era efetivado o acesso do cidadão à informação nessas instituições arquivísticas. Os aspectos analisados foram o grau de institucionalização dos Arquivos Públicos Municipais, considerando a sua posição na estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal; sua atuação na implementação de uma política municipal de arquivos e na gestão dos documentos produzidos pelo governo municipal; as características dos recursos humanos e do espaço físico disponíveis nessas instituições; o grau de dispersão dos fundos municipais; as características dos usuários dos arquivos; e a existência de instrumentos de pesquisa disponíveis para a orientação dos usuários (CARVALHO, 2015, p.39).

⁴ O que Lopes (2013) chamou de “visão maximalista e minimalista” de diagnóstico.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

- O trabalho “Arquivos fluminenses: as dificuldades para o acesso à informação”, de Silva (1997) – foi realizado no escopo do Projeto “Guia do Patrimônio Documental do Estado do Rio de Janeiro”, do APERJ em parceria com o Ministério da Cultura e da Secretaria de Estado de Justiça e Interior. Iniciado no ano de 1996, o objetivo principal desse projeto foi “localizar, identificar e descrever os arquivos dos municípios do Estado, a fim de divulgar fontes ainda desconhecidas dos pesquisadores” (SILVA, 1997, p.12). O universo da pesquisa foi composto por 37 municípios do estado, dos 91 existentes na época; os quais foram selecionados mediante a adoção de critérios de antiguidade, relevância histórica e disponibilidade dos detentores dos acervos em responder a pesquisa.
- “O uso das normas arquivísticas no Estado brasileiro: uma análise do Poder Executivo Federal”, de Indolfo (2008) – a pesquisa apresenta o cenário arquivístico federal dos anos 1980 e a sua transformação nos anos 1990. Os dados foram levantados a partir de diagnósticos realizados pelo Arquivo Nacional para analisar os órgãos do Poder Executivo Federal que, no período de 1996 a 2006, adotaram os instrumentos de classificação e avaliação de documentos. Nesse contexto, também foi analisada a atuação do Arquivo Nacional no desenvolvimento das atividades de gestão de documentos na esfera federal. Trata-se de um trabalho minucioso e completo, pois teve como universo a totalidade da estrutura do Poder Executivo Federal na época, composto por 50 grandes órgãos, entre ministérios, conselhos, secretarias, assessorias e gabinetes, os quais se desmembravam em um montante de 1.550 órgãos subordinados. Desse universo, 163 órgãos receberam orientação técnica do Arquivo Nacional sobre gestão de documentos no período de 1996 a 2006.
- “Análise da situação dos arquivos dos órgãos da administração direta estabelecidos em Porto Alegre” – trabalho realizado pela equipe técnica do Arquivo Público de Porto Alegre, RS, em 2011, com os objetivos de diagnosticar a situação dos serviços arquivísticos e buscar meios para superar as possíveis “deficiências”. A principal ferramenta metodológica utilizada foi a aplicação de um questionário e o relatório final desta análise foi apresentado à “Comissão Permanente de estudos voltados às necessidades de espaço físico dos órgãos estaduais instalados em Porto Alegre”.
- “De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo Federal” de Jardim (2013) – o estudo buscou

contemplar elementos relacionados à percepção sobre políticas arquivísticas no âmbito do Poder Executivo Federal, tendo como universo 24 Ministérios e 13 Secretarias da Presidência da República, que foram solicitados a responder questões sobre a existência de políticas arquivísticas, mediante consulta realizada via Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (E-SIC). Este “estudo/diagnóstico” possibilitou a obtenção de informações importantes sobre a percepção dos órgãos questionados em relação às políticas arquivísticas em perspectiva federal.

- “Diagnóstico dos serviços arquivísticos do Poder Executivo do município de Duque de Caxias”, de Carvalho (2015) – teve como objetivos identificar e analisar os procedimentos de gestão de documentos realizados pelos serviços arquivísticos existentes na estrutura do Poder Executivo do município de Duque de Caxias. Além do alcance dos objetivos elencados, pode-se afirmar que este trabalho concebeu importantíssimo modelo de questionário que pode ser aplicado para os mesmos fins na maioria dos arquivos municipais brasileiros.

Além dos trabalhos elencados acima, buscou-se também analisar estudos realizados em grandes instituições que diagnosticaram setores/órgãos específicos, preferencialmente em órgãos da administração pública, a saber:

- “Diagnóstico dos arquivos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo”, coordenado por Camargo (1996) – trata-se da etapa de um projeto mais amplo dedicado à preservação da memória da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (CARVALHO, 2015).
- “Diagnóstico da massa documental arquivística produzida e acumulada pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais”, de Ramos (2011) – dentre os objetivos alcançados, foram propostos que os princípios de tratamento arquivístico dos documentos fossem implantados na Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
- “Diagnóstico do Arquivo Permanente do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (FAED/UDESC)”, de Kroeff (2015) – foi elaborado utilizando-se a metodologia de Evans e Ketellar. Nesse trabalho foi produzido e aplicado um questionário com observação *in loco* e anotações em fichas como metodologia para a coleta de dados, sendo o principal objetivo conhecer as “fragilidades/limitações” da situação arquivística do Arquivo Permanente da

FAED/UEDESC para propor soluções de melhorias em relação à organização e preservação da massa documental, bem como intervenções na infraestrutura (física, material e de RH) daquele Arquivo.

- “Diagnóstico dos Arquivos e Diretrizes para Gestão de Documentos do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ”, de Gadelha (2016) – realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da UNIRIO (como requisito de avaliação final do Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos), teve como principal objetivo elaborar diretrizes que viabilizassem a implementação da gestão de documentos. Para a proposição de tal produto, a autora elaborou um diagnóstico dos arquivos da instituição, que pode ser considerado como o principal instrumento metodológico da pesquisa. Tal instrumento chegou a ser considerado pelos avaliadores da banca de defesa final como um segundo produto dentro de um mesmo trabalho de conclusão de curso, a julgar pela qualidade e exaustividade do diagnóstico concebido.
- “Diagnóstico da Situação Arquivística da Universidade Federal de Viçosa”, de Santos (2017) – trabalho que, por meio da confecção e aplicação de um diagnóstico da situação arquivística, examinou se as funções arquivísticas realizadas na Universidade Federal de Viçosa (UFV) refletem os procedimentos de gestão de documentos que a teoria arquivística preconiza; analisou os aspectos gerais da UFV, com ênfase na estrutura orgânico-funcional, identificando e caracterizando seus serviços arquivísticos; e, por meio da análise dos dados coletados com a aplicação de um questionário, propôs recomendações gerais direcionadas à reestruturação dos arquivos e à implantação de um programa de gestão de documentos daquela instituição.

Dessa forma, o objetivo de listar tais estudos foi demonstrar que a prática de realizar diagnóstico da situação arquivística, antes de propor as intervenções mais elaboradas nos setores que promovem atividades arquivística, tem se tornado recorrente no cenário nacional. Observou-se que o aumento dessa prática pode ser atribuído ao esforço de arquivistas e gestores de arquivos, assim como, também, é notória a importância do surgimento de Programas de Pós-Graduação em Arquivologia no Brasil, visto que estimulam a realização de tais pesquisas.

Neste estudo foi priorizada a realização de um levantamento bibliográfico, mas devido a carência de veículos de publicações online de artigos e periódicos na área, não tivemos acesso a todos os trabalhos citados, sendo necessário recorrer a estudos que analisaram os mesmos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo corrobora a visão de Carvalho (2015) no entendimento de que o diagnóstico não deve se restringir ao âmbito das características do acervo arquivístico de uma instituição, órgão ou unidade administrativa. Para que sirva de fonte ao planejamento e processo de implantação de um Programa de Gestão de Documentos (PGD), o diagnóstico também deve levar em consideração as atividades desenvolvidas e os critérios adotados na organização, utilização e acumulação dos documentos.

A identificação e análise dos procedimentos desenvolvidos nos documentos e arquivos, principalmente pelos serviços arquivísticos, assim como as atribuições e transformações ocorridas na estrutura dos seus órgãos produtores, são ações fundamentais para a compreensão do histórico de formação, acumulação, utilização e destinação dos arquivos (CARVALHO, 2015).

O alargamento das reflexões conceituais e até mesmo empíricas das características, fundamentações, operacionalidade e resultados obtidos por meio da aplicação de diagnósticos, enquanto instrumento metodológico arquivístico, pode colaborar para o fortalecimento da Arquivologia como campo científico. E, por questões práticas, a avaliar pelos resultados que tais instrumentos podem oferecer, reforça também a gestão de documentos no âmbito das administrações, configurando-se uma prática estratégica, visto que seu principal objetivo é o alcance da eficiência.

O estudo demonstra que o debate científico-conceitual sobre o tema, embora incipiente, é bastante qualificado, e que muitos dos diagnósticos aplicados à administração pública foram confeccionados por meio de Programas de Pós-Graduação das universidades. Tal fato valida a prerrogativa de tais instrumentos serem “cientificamente exequíveis”, uma vez que são confeccionados à luz de pesquisas e metodologias consistentes e são avaliados por pesquisadores e profissionais renomados da área.

Mesmo assim, o debate merece ser ampliado, pois ainda pairam dúvidas sobre a caracterização do “diagnóstico da situação arquivística”, que hora são considerados um

produto técnico-científico, outrora um instrumento metodológico, e até mesmo um instrumento da gestão de documentos. Incompreensões que levam ao surgimento de nomenclaturas distintas como “diagnóstico de arquivos”, “diagnósticos da situação arquivística”, “diagnóstico da gestão de documentos” etc. Embora neste estudo tenha-se elegido o termo “diagnóstico da situação arquivística”, não foi pretensão cunhar a expressão como a mais adequada, pois considera-se que definições de nomenclatura devem ser debatidas juntamente às pesquisas e aos eventos acadêmico-científicos de maneira mais ampla.

Outra carência emergente são os relatos sobre o impacto que tais diagnósticos representaram nas instituições em que foram realizados, pois, a partir da análise dos dados obtidos por tais instrumentos, os especialistas geralmente confeccionam prognósticos, como recomendações e diretrizes para a superação dos quadros encontrados. No entanto, pouco se estuda sobre o nível de adesão desses prognósticos, e compreende-se que tais relatos poderão colaborar para a reparação de possíveis desvios deste instrumento e para o seu enriquecimento conceitual e metodológico.

Salienta-se que além da eficiência do diagnóstico enquanto instrumento metodológico da Arquivologia, a adesão da gestão de documentos no âmbito das instituições depende, também, do interesse dos gestores que compõem o cargo de direção e planejamento e de amplas questões políticas e estruturais. Contudo, um diagnóstico bem fundamentado com dados consistentes pode colaborar para a sensibilização de todos os envolvidos e responsáveis pela gestão de documentos em uma instituição.

Apesar das dificuldades encontradas, como o costume de não se publicar relatos sobre as experiências de diagnósticos empreendidas, considera-se que este estudo promove um contributo para que a concepção de diagnóstico, enquanto instrumento metodológico arquivístico, seja amplamente estudada e difundida.

Sem a mínima pretensão de esgotar o tema, buscou-se mapear os principais autores e expor os principais modelos de diagnóstico encontrados na literatura arquivística, além de demonstrar como essa prática vem sendo expandida no setor público. Destaca-se ainda ser possível notar maior escala de crescimento nas universidades públicas.

Recomenda-se que o arquivista, assim que atravessar o processo de familiarização na instituição em que atua, deve iniciar um diagnóstico da situação arquivística antes de pensar em qualquer proposição de intervenção.

Os estudos e as publicações sobre diagnósticos enquanto instrumento arquivístico precisam ser ampliados e debatidos, considerando seu potencial para o profissional de arquivo. Ao identificar similitudes nas necessidades de suas instituições em outros instrumentos, esses profissionais terão subsídios para elaborar um instrumento próprio aplicável à sua realidade. Sendo assim, cada instituição deve modelar o seu diagnóstico para o planejamento e o processo de implantação de um Programa de Gestão de Documentos, visto que não existe uma “receita pronta”.

REFERÊNCIAS

CALDERON, Wilmara Rodrigues et al. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 33, n. 3, Set./Dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a11v33n3.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

CARVALHO, L. P. **Diagnóstico dos serviços arquivísticos do Poder Executivo do município de Duque de Caxias**. 2015. 170f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2013>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

CORNELSEN, M. P.; NELLI, Victor José. Gestão Integrada da Informação Arquivística: O Diagnóstico de Arquivos. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p.70-84, ago./dez. 2006. Disponível em: <www.arquivistica.net>. Acesso em: 20 jul. 2017.

EVANS, Frank B.; KETELAAR, Eric. **Guía para la encuesta sobre los sistemas y servicios de la gestión de documentos y la administración de archivos: un estudio del RAMP**. Programa 140 General de Información y UNISIST. Paris: UNESCO, 1983. (PGI-83/WS/6). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000550/055014sb.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

GADELHA, Adriane da Silva. **Diagnóstico dos arquivos e diretrizes para gestão de documentos do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ**. 2016. 127f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.unirio.br/ppgarq/tccs>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

INDOLFO, Ana Celeste. **O uso das normas arquivísticas no Estado brasileiro: uma análise do Poder Executivo Federal**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2008.

JARDIM, José Maria (Org.). **Cadastro Nacional de Arquivos Federais**. Brasília, DF: Imprensa, 1990.

_____. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental.** Niterói: EDUFF, 1999. 239p.

_____. A Pesquisa em Arquivologia: Um Cenário em Construção. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Estudos avançados em Arquivologia.** Marília: Oficina Universitária, 2012. p.135-154.

_____. De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo federal. **Ciência da Informação**, v. 42, p.35-49, 2013.

KROEFF, Marcia Silveira. Diagnóstico do arquivo permanente do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – FAED/UEDESC. **Revista ACB: biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 20, n. 3, p.535-549, Set./Dez. 2015. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1074>>. Acesso em: 1º set. 2016.

LOPES, Luís Carlos. **A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada.** Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

_____. **A nova arquivística na modernização administrativa.** 3. ed. Rio de Janeiro: Sérgio Milagres, 2013.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática.** 3. ed. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RAMOS, J. M. R. **Diagnóstico da massa documental arquivística produzida e acumulada pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais.** 77 p. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização *Lato Sensu*) – Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI-UFGM), Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-99NL3G>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

ROUSSEAU, J. I.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina Arquivística.** Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SILVA, Margareth. Arquivos fluminenses: as dificuldades para o acesso à informação. **Arquivo & História – Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, APERJ, n. 3, p.11-19, out. 1997.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP